

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO



TENTATIVAS DE COLONIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL
MARANHENSE: O CASO DE BARRA DO CORDA

Henrique Otaviano de Almeida Cardoso Filho

DECELY / NDPEQ

SÃO LUIS

1986

ga

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

TENTATIVAS DE COLONIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL
MARANHENSE: O CASO DE BARRA DO CORDA

Henrique Otaviano de Almeida Cardoso filho

Monografia de Graduação apresentada à
Coordenadoria do Curso de Geografia, para
obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

ORIENTADOR:

Prof. José Ribamar Trovão.

SÃO LUIS

1986

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Cardoso Filho, Henrique Otaviano de Almeida.
Tentativas de colonização do espaço rural maranhense :
o caso de Barra do Corda / Henrique Otaviano de Almeida
Cardoso Filho. - 1986.
24 p.

Orientador(a): Prof José Ribamar Trovão.
Monografia (Graduação) - Curso de Geografia,
Universidade Federal do Maranhão, SÃO LUÍS, 1986.

1. Barra do Corda. 2. Colonização. 3. Espaço Rural.
I. Trovão, Prof José Ribamar. II. Título.

A Deus e aos meus Pais pe
la minha existência.

À Guiomar, minha mulher e
aos meus filhos Raimundo
Henrique e Tiago, por se
rem a razão desta vitória.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos ao Geógrafo URBANO COSTA, à Bacharel em Ciências Jurídicas ANTONIA MARIA ALVES CARDOSO, que de forma especial contribuíram para o meu êxito. Aos professores do Curso de Geografia, ao meu orientador, Professor JOSÉ RIBAMAR TROVÃO e a todos aqueles que de maneira direta ou indiretamente colaboraram para a elaboração e apresentação desta monografia.

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	5
1 -	INTRODUÇÃO	6
2 -	METODOLOGIA	8
3 -	LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	9
4 -	TENTATIVAS DE COLONIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL MARANHENSE - "O CASO DE BARRA DO CORDA"	10
4.1 -	LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO	10
4.2 -	CLASSIFICAÇÃO A NÍVEL DE EXTENSÃO	10
4.3 -	HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO	10
4.3.1 -	CORRENTE DO LITORAL	10
4.3.2 -	CORRENTE DO SERTÃO	11
4.3.3 -	VALES ÚMIDOS	11
4.4 -	SANTA INÊS - "ENGENHO CENTRAL"	12
4.5 -	COMPANHIA DE COLONIZAÇÃO DO NORDESTE - COLONE ..	14
4.6 -	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - PROJETO INTEGRADO DE COLO NIZAÇÃO DE BARRA DO CORDA - PIC/BC	16
5 -	CONCLUSÃO	20
6 -	RESUMO	21
7 -	SUMMARY	22
8 -	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	23
9 -	ANEXOS (Mapas)	

APRESENTAÇÃO

A Monografia que ora apresentamos retrata uma pesquisa feita através de uma vasta documentação, enfocando o Espaço Geográfico do território maranhense, como e porque o ser ocupa os espaços vazios e suas diferentes atividades, com a gradativa dispersão de áreas mais distantes e alterações de usos e costumes.

O trabalho compreenderá em tópicos diferentes, porém importantes, as várias tentativas de colonização do nosso Estado, ressaltando no entanto, a atuação do Governo Brasileiro através do INCRA, na tentativa de aperfeiçoar técnicas e solucionar a problemática da Colonização Oficial no Maranhão.

Procuramos enfocar também a Colonização com uma feição atualizada, com concepções de importâncias política, social e conômica, possibilitando a diferenciação do povoamento e colonização.

Para facilitar e esclarecer o processo das várias tentativas de colonização, consta do mesmo um breve relato histórico do povoamento do nosso Estado, sem o qual, supomos, seria difícil e até mesmo enfadonho não só compreender, como abordar assunto tão complexo como é o da Colonização no nosso Estado.

Assim, fizemos um breve comentário sobre os órgãos que no decurso do processo de Colonização, contribuíram efetivamente para o atual estágio do mesmo, que visa o acesso à terra por um maior número de pessoas, através de propriedades individuais ou de empresas de caráter comunitário.

INTRODUÇÃO

Este simples trabalho, tem como objetivo principal, oferecer subsídios aos estudiosos e interessados na questão da posse e uso da terra, cujos conflitos se arrastam por longos anos, entre os que detêm o poder e o controle da terra e os que a cultivaram ou pretendem cultivá-la. Isto nos leva a reconhecer que para o trabalhador rural, a terra não consiste apenas uma forma de propriedade e sim um instrumento de trabalho.

As tentativas de fixar o homem no meio rural, através de projetos de colonização, quer oficial, quer particular, demonstram que já existe uma grande preocupação por parte do poder público em tentar solucionar os problemas que se tornaram crônicos. No nosso Estado, estas tentativas, surgiram em áreas consideradas litigiosas, cujos resultados, até hoje, não são totalmente satisfatórios.

Desta forma, surgem novas dúvidas sobre a viabilidade ou não destas tentativas de colonização no Maranhão.

O caso do "Engenho Central", teve como fator mais importante, o surgimento do município de Santa Inês, um dos mais promissores do Estado no setor agrícola, devido sua localização e a fertilidade de seu solo.

Quanto ao Projeto de Colonização do Alto Turi, embora venha desenvolvendo um trabalho de assistência técnica creditícia aos colonos, enfrenta até hoje sérios problemas fundiários e econômicos, mas é o único que se aproxima de atingir os objetivos iniciais.

Com referência ao PIC/BC, cuja emancipação já se encontra em fase final de estudos técnicos, deixa muito a desejar, pois perdeu a sua objetividade principal e constatamos, através de contato direto na área estuda com os colonos, no que diz respeito a assistência de modo generalizado.

Esperamos, porém, que num futuro bem próximo, os problemas maiores sejam equacionados e que os agricultores de tão sofrida região possam viver condignamente e aumentar a produção tão necessária para o consumo próprio e para a comercialização.

Finalizando, cabem duas perguntas: será que somente os governantes e os grandes latifundiários são responsáveis diretos por tal situação? Todos os brasileiros possuem uma pequena parcela de culpa?

É um tema de reflexão.

2 -

METODOLOGIA

Com o objetivo de realizar um trabalho que possa oferecer subsídios para a viabilidade da criação e continuação do tema aqui abordado, usamos como Metodologia: Mapas, Informações, dados, obedecendo às seguintes etapas:

1. - Coleta e registro de dados, informações existentes em órgãos públicos e privados, relacionados com o tema da Monografia.
2. - Interpretação destes dados e informações.
3. - Leitura seletiva e posterior separação dos assuntos mais diretamente ligados ao tema escolhido.
4. - Elaboração de mapas temáticos.
5. - Estruturação da Monografia.
6. - Redação do trabalho.
7. - Apresentação da Monografia.

3 -

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Para este trabalho, foi feito um levantamento bibliográfico visando obter material que tratasse, principalmente, num plano, das diferentes visões sobre o uso e posse da terra, ocupação do espaço rural, colonização oficial e particular.

Num outro plano, buscou-se material para tentar analisar os verdadeiros problemas existentes entre latifundiários e agricultores do nosso Estado.

Foram consultadas fontes de referência à disposição na Sede da Coordenadoria Regional do Meio Norte - INCRA ; Sede da Companhia de Colonização do Nordeste - COLONE; bibliotecas particulares, documentos avulsos que tiveram relação com o tema escolhido.

4 - TENTATIVAS DE COLONIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL MARANHENSE

" O CASO DE BARRA DO CORDA "

4.1 - Localização do Estado do Maranhão

O Maranhão, é um Estado da Federação que pela Classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, está localizado na Região Nordeste.

4.2 - Classificação a Nível de Extensão

O Maranhão, com uma área de 328.663 Km², está classificado a nível de Brasil em 8º lugar, sendo ultrapassado pelos seguintes Estados: Amazonas, Goiás, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Minas Gerais.

Possui o 2º Litoral do País e do Nordeste, sendo que o 1º lugar pertence ao Estado da Bahia.

4.3 - Histórico da Ocupação do Espaço

Quanto a ocupação do Espaço Rural, o Maranhão sofreu influências definitivas de duas Correntes de Povoamento: uma que veio pelo Litoral e outra pelo Sertão.

4.3.1 - Corrente do Litoral

Esta Corrente, foi iniciada pelos Europeus que se tornaram os primeiros colonizadores, tais como: imigrantes espanhóis, franceses, italianos, sendo que fora os europeus, os asiáticos e africanos, também tiveram papel de destaque na ocupação do Espaço Rural que penetraram via São Luís, deslocando-se posteriormente para a Baixada, nos Vales do Itapecurú e Mearim.

No Século XIX, a Corrente de Povoamento do Litoral, se desloca em direção ao interior do Estado, formando a civilização do Babaçu, que avançando lentamente (início deste Século, de 200 a 300 Km), para o Itapecuru, Pindaré e Turiaçu, provocando e contribuindo decididamente para o surgimento

de várias e importantes Cidades da época: Rosário, Itapecuru-Mirim, Coroatá, Codô, Viana, Pindaré-Mirim, Penalva, Monção, Pedreiras, Bacabal e outras.

Após a Guerra da Secessão nos Estados Unidos e com a produção em larga escala do algodão egípcio, provocam a retirada do produto brasileiro do mercado internacional. Com isto, a agroindústria têxtil evolui e depois retrocede, cujas causas são várias. Isto provoca uma estagnação econômica que depois regridem progressivamente.

4.3.2 - Corrente do Sertão

Esta corrente foi formada por Criadores de Gado, oriundos do Vale do São Francisco, que penetram no Maranhão através de Floriano/Pastos Bons e por imigrantes nordestinos tangidos pela seca de 1877/79, compostos, principalmente, de cearenses e pernambucanos, chamados flagelados, que chegaram por Teresina/Timon.

No Século XVIII, Criadores de Gados atravessam no rio Parnaíba em dois pontos: Teresina e Floriano: via Floriano instalam-se no Sul do Estado, no atual Município de Pastos Bons, dirigem-se para o Oeste alcançando o Vale do Tocantins, dando origem a povoados e vilas por onde passam: Carolina, Porto Franco, Imperatriz e outros.

Daí, seguem rumo ao Norte até Barra do Corda, sempre paralela às margens dos rios; outra ramificação, alcança as margens do rio Grajaú, fundando o Porto da Chapada (atual Grajaú). A maioria desta ramificação segue em direção Oeste - Sudeste, alcançando o rio Manoel Alves Grande, onde surgem muitas fazendas. A partir daí, a penetração torna-se mais lenta e depois pára.

4.3.3 - Vales Úmidos

Através de Teresina, os imigrantes nordestinos alcançam Caxias acompanhando o rio Itapecuru, seguindo depois para o vale fértil do Mearim, surgindo assim, os Municípios de Bacabal, Pedreiras e São Luís Gonzaga (antiga Ipixuna).

Outra corrente de imigrantes da seca, chega a São Luís com destino a Amazônia, onde embarcam no navio dos ingleses. No Século XX, o Governo resolve adotar medidas paleativas, fornecendo passagens de segunda classe, pela ferrovia.

4.4 - SANTA INÊS (ENGENHO CENTRAL)

Das tentativas de colonização que temos notícia no território maranhense, a mais antiga e a que considera mos historicamente, o marco inicial para o surgimento do atual Município de Santa Inês foi a instalação do "Engenho Central" do Maranhão, isto em 1880, no então Município de Pindaré - Mirim. Instalado para satisfazer a política Governamental do País, voltada principalmente para a agricultura brasileira, incentivando a produção do açúcar através da introdução de novas técnicas e métodos. O "Engenho Central" tinha necessidade de abastecer-se de cana-de-açúcar, daí sugirem, nas suas proximidades, inúmeras fazendas que se dedicavam à monocultura da cana-de-açúcar (Fazendas Santo Antonio, São Benedito, Sobradinho, Piquizeiro), que vieram originar o povoado de Santa Inês.

Próximo às fazendas o terminal da via-férrea, usado para o transporte da cana-de-açúcar, numa distância aproximada de 19 Km, onde começaram a se instalar os primeiros imigrantes nordestinos atraídos pelo trabalho agrícola. Des te modo, formou-se um aglomerado de casas em cujo centro foi edificada uma capela. Mais tarde, com o aumento populacional, o lugarejo recebeu alguns serviços sócio-culturais, como o surgimento da primeira escola, do cemitério e a estação do telégrafo, todos instalados entre os quatro primeiros anos deste Século.

Em 1915, o "Engenho Central" do Maranhão entrou em decadência, no entanto, as fazendas, com um número de habitantes já bastante expressivo, sentiram necessidade de mudar suas atividades de plantio exclusivo de cana-de-açúcar para outras culturas, destacando-se o cultivo do arroz, da mandioca e principalmente do algodão. Esse fato, contribuiu para desvinculação do povoado da sede de Pindaré-Mirim, passando

a ter a sua própria praça comercial, prestando pequenos serviços básicos à população local.

Num primeiro momento o crescimento urbano do povoado deu-se em direção à Pindaré-Mirim, no sentido Norte, sobretudo devido à influência que o Engenho Central exercia. Após a decadência do referido Engenho e ainda que pertencente ao Município de Pindaré-Mirim, o povoado muda a direção do seu crescimento em direção ao Sul, devido a construção da BR-316, responsável direta pela primeira etapa de crescimento do núcleo.

O Município de Santa Inês é criado nesta fase em 19 de dezembro de 1966, desmembrado totalmente da área de Pindaré-Mirim. O povoado de Santa Inês é elevado à categoria de cidade, transformando-se em Sede Municipal. A partir daí é rompido o vínculo administrativo existente e o novo Municipio obtêm também os seus limites territoriais atuais.

No tocante à população de Santa Inês, esta é o resultado principalmente do deslocamento da Fronteira Agrícola, a partir da década de 50, através dos Fluxos Migratórios de Nordestinos e de populações de outras áreas do Território Maranhense, atraídos pelas áreas férteis e devolutas do Município,

Como dentro do Médio Vale do Pindaré, são as terras de Santa Inês um dos pedaços mais cobiçados, não só pela sua fertilidade como também pela sua posição estratégica no que diz respeito a comunicação rodoviária, não seria de estranhar que grande parte da sua população fosse formada de imigrantes nordestinos e maranhenses de outros Municípios, que desejosos de uma situação sócio-econômica mais estável, terminaram fixando-se no Município,

O Município de Santa Inês desde a época de sua formação foi uma área de atração, onde inicialmente o homem busca trabalho nas áreas dos extensos canaviais e onde depois resolve fixar-se graças a fertilidade do solo e abundância das terras disponíveis,

O fator meio de comunicação, que era um obstáculo definitivo em outras áreas da região, para os moradores de Santa Inês não era tão sério, uma vez que podiam utili

zar-se do rio Pindaré, distante do povoado 9 Km, percurso que faziam em carro de boi, montado em cavalo e mesmo a pé, hábito tão freqüente no meio rural maranhense.

Surtem depois as estradas, rodovias federais e estaduais cortam o Território de Santa Inês. A região como um todo passa a se destacar no contexto Espacial do Estado como uma das áreas mais progressiva.

4.5 - COMPANHIA DE COLONIZAÇÃO DO NORDESTE - COLONE

Como segunda tentativa de colonização que consideramos bastante significativa, surge o Projeto de Colonização do Alto Turi, concebido ainda no início da década dos anos 60, inspirando-se na necessidade de absorver o excedente da mão-de-obra rural da região (Nordeste Oriental) e de ampliação da fronteira agrícola da região, incorporando à agricultura, as terras devolutas do Noroeste do Maranhão.

Para tanto, procurava-se ao mesmo tempo uma solução para o problema sócio-econômico existente na região, como também o aumento da produção de alimentos.

A SUDENE expressava em um documento a orientação dos primeiros trabalhos referentes as correntes migratórias e baseada nas pesquisas realizadas por técnicos do próprio Órgão sobre o fluxo migratório, surgiu a esperança de fixar no Oeste do Maranhão num período não muito dilatado, um grande contingente da força de trabalho rural. Este contingente, teria um tipo de assistência técnica e creditícia possibilitando um padrão de vida compatível com a dignidade humana.

Depois de obter permissão do Estado para trabalhar uma área de aproximadamente 1.000.000 hectares, a SUDENE pretendia assentar 25.000.000 famílias de pequenos agricultores. Aos colonos que integrariam o Projeto, além da assistência técnica e creditícia, educação e saúde, lhes garantiria o êxito sócio-econômico e financeiro, através de eficientes canais de comercialização da produção.

Com isto, supridas as necessidades básicas

de consumo local, o Projeto asseguraria um substancial aumento da produção de alimentos e determinaria, também, um expressivo aumento do nível de renda da população assentada, originando novos padrões de vida.

Entendemos que a concepção inicial do Projeto de Colonização do Alto Turi, dá mais ênfase à tentativa de solucionar o problema sócio-econômico do nordestino do que a ocupação dos espaços vazios encontrados no Maranhão.

Mas, é necessário que reconheçamos, que um problema de tal magnitude, deveria merecer devida prioridade, sob pena dos seus objetivos deixarem de serem atingidos. Em pesquisas realizadas posteriormente na área do Projeto, alguns dados contrariavam as esperanças iniciais da SUDENE, quanto a afirmação da melhoria de vida do nordestino.

Podemos destacar no Projeto de Colonização do Alto Turi, três aspectos importantes: a Magnitude do Projeto, a Localização e o Conteúdo. A Magnitude do Projeto está na dimensão de sua área, que é de aproximadamente 1.000.000 hectares; a Localização do Projeto distribui-se ao longo de ambas as margens da BR-316, em seu trecho Teresina - Belém, tornando a área mais ou menos equidistantes de São Luís e Belém, e não muito distante de Teresina, as quais liga-se pela rodovía totalmente asfaltada.

O Projeto, para melhor atender a sua organização interna, dividiu a área em três sub-áreas:

- a) - Sub-Área I ou Área Velha ou ainda Área de Zé Doca - que foi a primeira a ser colonizada e cujos lotes foram demarcados quando o Projeto ainda estava em fase de implantação e sob a responsabilidade direta da COLONE, que assentou os primeiros colonos e realizou as tarefas pioneiras: abertura de estradas, pesquisas, edificações. Nesta sub-área estão a sede da administração local do Projeto, a sede da cooperativa, unidade mista de saúde, escolas de 1º grau, estação experimental, igreja, campo de pouso.
- b) - Sub-Área II ou Área de Nova Olinda - adota co

mo modelo e racionaliza, a Colonização Linear espontânea, visando a facilidade de comunicações, o que não aconteceu com o modelo anterior adotado; possui também, escolas, igrejas, posto de saúde.

- c) - Sub-Área III ou Área de Expansão - possui 448.000 hectares, indo do rio Paruá até os limites do Projeto e do Maranhão, no rio Gurupi, esta área encontra-se ainda em fase de ocupação.

Desde o início do Programa em 1962 até os dias atuais, o Projeto de Colonização do Alto Turi, passou por várias fases, tendo cumprido quase todas as metas propostas e a partir de 1981, foi celebrado novo contrato com o Banco Mundial, vinculando-se partes dos recursos à continuação dos trabalhos nas Sub-Áreas I e II, onde restam importantes problemas a solucionar, inclusive no setor fundiário e parte referente à Colonização da Sub-Área III.

4.6 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

" I N C R A "

O Projeto integrado de Colonização de Barra do Corda - PIC/BC, foi criado pelos Decretos-Lei nºs 618/42 e 752/43; como Colonia Agrícola Nacional do Maranhão, a qual teve outras denominações, tais como: Núcleo Colonial de Barra do Corda e atualmente PIC/BC.

A sua criação teve como principal objetivo regularizar as terras sob sua jurisdição com a consequente distribuição de lotes aos agricultores ali residentes. Por razões diversas, como a falta de recursos, dificuldades de acesso e inexistência de uma Política de Colonização coerente e racional, dentre outras, somente a partir de 1978, iniciou-se a distribuição de Título de Terras, facilitando, deste modo, o acesso dos Colonos ao Crédito Rural. A área total do Projeto é de 340.000 hectares e a área de assentamento é de 320.000 hectares, com aproximadamente 6.000 famílias, tendo sido as

sentadas até a data presente 5.870, restando apenas 130 famílias.

O Projeto com uma população estimada em 30.000 pessoas está distribuído em 63 povoados e com parte de sua Infra-Estrutura Básica conta com:

- . Estradas Vicinais existentes: 511 Km
- . Estradas Vicinais a recuperar: 250 Km
- . Estradas Vicinais a construir: 73 Km

- . Postos de Saúde existentes: 05
- . Postos de Saúde a construir: 02

- . Açudes existentes: 40
- . Açudes a construir: 30
- . Açudes a recuperar: 20

- . Poços Artesianos existentes: 10
- . Poços Artesianos a construir: 12
- . Poços Artesianos a recuperar: 06

- . Escolas existentes: 37
- . Escolas a construir: 05

No que se refere ao fator Educação, a população do Projeto dispõe atualmente com apenas de 37 escolas, para atender cerca de 7.700 alunos do 1º Grau, nos turnos Matutino e Vespertino e somente 195 Professores, cuja maioria é leiga.

Quanto ao problema de saúde, os postos do Projeto, funcionam em alguns casos, precariamente.

No que se refere ao Saneamento Básico, como água tratada e sistema de esgoto, a população passa atualmente por situações críticas, chegando ao cúmulo de comprar água para satisfazer suas necessidades.

Outro aspecto que merece bastante reflexão quanto à tentativa de colonização, é o que se refere a malha viária existente no Projeto. Todos os povoados se interligam à sede do mesmo através de estradas carroçáveis que na época das chuvas prejudica bastante o escoamento da produção, para a Sede do Município, dado o precário estado de conservação.

Dentre os povoados existentes, alguns merecem ser citados, em virtude da proximidade com a sede do Projeto e do município de Barra do Corda, como também pelo nível de produtividade, como é o caso de Montivídeu, Centro do Marcolino, Mundo Novo, Barro Branco, Centro dos Ramos, Naru, Serra Grande, Centro do Meio, Centro da Pedra, Três Lagoa do Manduca. Os outros povoados estão distantes em média de 60 Km da sede do Projeto.

Embora os povoados do Projeto estejam prejudicados, pelas razões já citadas, o PIC/BC produz em alta escala arroz, mandioca, milho e feijão, sendo que o arroz destaca-se como um dos principais produtos do município de Barra do Corda, face a sua elevada produtividade.

Em 1977, foi criada a Cooperativa Integrada de Reforma Agrária - CIRA, com a finalidade de opinar e fortalecer as ações de desenvolvimento do Projeto. Essa Entidade, apos um período de relevantes serviços prestados aos colonos, encontra-se no momento desativada.

Atualmente, o Projeto está em fase de estudo para emancipação, estando prevista a sua conclusão para o final do exercício de 1987, quando espera-se dotar o PIC/BC de melhores condições com vistas à emancipação socio-econômica dos colonos.

Baseado nos estudos realizados por técnicos do INCRA, a emancipação efetiva do Projeto Integrado de Colonização de Barra do Corda, necessita de uma infra-estrutura de finitiva para realização dos sonhos dos colonos alí fixados.

Ações de Apoio para Emancipação:

- a) - Convênio INCRA/FUNDAÇÃO SESP - ,para operacionalização de 02 Postos Médicos e 2.000 famílias a serem assistidas.
- b) - Construção de 30 Açudes, visando equacionar o abastecimento de água em 33 povoados, através de convênios e/ ou contratos, beneficiando a proximadamente 4.500 famílias.
- c) - Construção de 73 Km de Estradas Vicinais e a

recuperação de 250 Km, cujo objetivo é facilitar o escoamento da produção desenvolvida na área, através de convênios e/ ou contratos.

- d) - Construção de 05 escolas, visando suprir as deficiências de salas de aula dos povoados , através de contratos.
- e) - Construção de 12 poços artesanais e recuperação de 06, objetivando sanar os problemas de abastecimento de água para a população.

Face ao que foi exposto, espera-se que num futuro bem próximo, o Governo concretize realmente as aspirações do sofrido agricultor, tendo em vista o aumento populacional, como também o bem estar do seu semelhante.

5 -

CONCLUSÃO

Ainda que o Governo Brasileiro tenha incentivado o processo de colonização do território maranhense, através da criação de órgãos específicos, visando solucionar problemas de ordem social e econômica, de modo geral, os efeitos positivos ainda não se fizeram sentir.

Dessa forma, o Projeto de Colonização de Barra do Corda - PIC/BC, cujo objetivo principal é o de regularizar as terras sob sua jurisdição com a consequente distribuição de lotes aos agricultores ali residentes, por diversas razões aqui analisadas, como a falta de recursos, dificuldades de acesso e inexistência de uma política de colonização coerente e racional, dentre outras, não efetivou de fato o seu objetivo.

Faz-se necessário então dotar o PIC/BC de melhores condições com vistas à emancipação sócio-econômica dos colonos.

Com referência às outras tentativas de Colonização do Espaço Rural Maranhense, como é o caso do Engenho Central (que deu origem à cidade de Santa Inês) e o Projeto de Colonização do Alto Turi (COLONE), que visa a ampliação da Fronteira Agrícola na região, também surtiram pouco efeito positivo, ou ainda que este exista, manifesta-se sem repercussões maiores.

É importante pois, que se encontre soluções para os problemas fundiários, ainda pendentes em nosso Estado e que se dote o Espaço Rural Maranhense de uma ágil e eficaz infra-estrutura econômica-social.

6 -

RESUMO

Considerando a preocupação do Governo no sentido de que o processo de Colonização do Território Brasileiro, obtenha um desenvolvimento adequado e satisfatório referente aos problemas agrários, foram criados órgãos específicos, visando solucionar tais problemas.

Em 1934, foi criado, através do Ministério da Agricultura, a Divisão de Terras e Colonização (DTC), o qual foi atribuído a organização das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN), mediante doação de lotes (áreas).

A Colonização do Estado do Maranhão, teve início em 1945, no município de Barra do Corda, que foi o pioneiro do Núcleos, sendo sede da Colônia Agrícola Nacional do Maranhão (CANM), sob a direção do Doutor Eliezer Moreira, que teve uma atuação dinâmica à frente daquele Projeto.

Com uma área de 340.000 hectares, composta de terras devolutas, tendo sido doada ao INCRA pelo Estado do Maranhão, baseado nos Decretos-Lei nº 618/42, de 25.05.42 e nº 752/43, de 15.07.43.

Dentre suas atividades, uma merece um especial destaque; foi levado a efeito, em caráter pioneiro, a interiorização da escolaridade, no ano de 1947.

O PIC/BC está localizado na microrregião Homogênea dos Altos Mearim e Grajaú, ocupando uma área de 33.428 Km, com uma população de 200.000 habitantes e a densidade demográfica é de 4,26 habitantes/Km². Trata-se de uma microrregião muito pouco explorada, cuja paisagem física se caracteriza pelo domínio dos chapadões, onde a população é muito rarefeita e desigualmente repartida, com concentração nos baixões mais úmidos e nas ribeiras e vazia nos altos. Esta microrregião tem por base econômica a agricultura praticada nas áreas úmidas e férteis e a pecuária de modo extensiva e somente para subsistência da população na área das chapadas.

7 -

SUMMARY

The present work deals with the process of colonization about the rural area in state of Maranhão. The process of colonization began in 1946 in the Barra do Corda city.

This region have 33,428 Km and located on the homogeneous microregion of the Altos Mearim and Grajau.

The region present an increase underdeveloped rate, precarious physical aspect named chapadões, wherw the population is very rarefied.

The area hold many farm products and produce an inexpressive cattle raising.

8 -

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARRUDA, Hêlio Palma de. A Amazônia Legal - Panorama Fundiário e Ocupação. Gráfica do INCRA, Brasília, 1978.

→ ANDRADE, Gilberto Osório de. O Projeto de Colonização do Alto Turi (Maranhão).

A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Rio de Janeiro, Vol. 1, 1979, Convênio IBGE/INCRA.

Colonização do Alto Turi - Relato de uma Experiência. Companhia de Colonização do Nordeste - COLONE. Ed. Itamaraty, Brasília, 1984.

DROULERS, Martine et alli. Colonização da Amazônia Maranhense. Universidade Federal da Paraíba, 1980.

Infra-estrutura do Projeto Integrado de Colonização de Barra do Corda - PIC/BC, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, São Luís, 1985.

Manual para o Parceleiro - O que é o INCRA e o que faz em Colonização. MEAF INCRA, 2ª ed. Gráfica do INCRA, Brasília, 1984.

O Estatuto da Terra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Brasília, 1964.

O Projeto de Colonização do Alto Turi, Companhia de Colonização do Nordeste - COLONE, São Luís, 1977.

Projeto Integrado de Colonização de Barra do Corda - PIC/BC. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Brasília, 1976.

→ TROVÃO, José Ribamar. Expansão da Fronteira Agrícola do Médio Vale do Pindaré, Dissertação de Mestrado, "O Caso de Santa Inês", Rio Claro, 1983.

VELHO, Otávio Guilherme. Frete de Expansão e Estrutura Agrária - Estudo do Processo de Penetração numa área da Transamazônica, Rio de Janeiro, Zará Ed. 2ª ed. 1981.